CRP-MA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
DO MARANHÃO - 22ª REGIÃO

COMISSÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

LEVANTAMENTO DE PSICÓLOGAS ESCOLARES DO MARANHÃO

SÃO LUÍS - MA
2025

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO DE PSICÓLOGAS ESCOLARES DO MARANHÃO

Amanda Santos Pereira de Amorim
Francisca Thays Silva Costa
Francisco Valberto dos Santos Neto
Kiria Karine Lins Martins Ribeiro
Luciana de Fátima Sopas Rocha
Maiara Amorim Muniz
Marcos Abraão Borges Santos
Mary Hellen Silva Ferreira
Michelle Correa Moucherek
Nelma Pereira da Silva
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo

São Luís – MA
2025

IV PLENÁRIO DO CRP-MA (GESTÃO 2022 – 2025)

DIRETORIA

Presidenta: Nelma Pereira da Silva

Vice-presidenta: Michelle Corrêa Moucherek

Tesoureira: Ivone de Oliveira Ferreira

Secretária: Kiria Karine Lins Martins Ribeiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Kassia de Sousa Martins

Silvia Regina Moreira Vale

Péricles de Souza Macedo

Claudineide Alves dos Santos

Luis Ricardo de Moraes Rocha Santos

CONSELHEIROS SUPLENTES

Jordôa Moreira Leite

Marília Rodrigues Campos Oliveira

Rosa Soraida Oliveira Nava de Arruda

Lucas Alexandre Baia Barbosa

João de Deus Cabral Júnior

Patrícia Maria Pinheiro Cutrim

CONSELHEIROS LICENCIADOS

Marcos Abraão Borges Santos (CRP 22/03466)
Marlon Marques Aguiar (CRP 22/02795)

COMISSÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL – CPEE/ CRPMA

Francisca Thays Silva Costa (CRP 22/IS0305)

Kiria Karine Lins Martins Ribeiro (CRP22/00411)

Maiara Amorim Muniz (CRP 22/01419

Mary Hellen Silva Ferreira (CRP 22/00636)

Michelle Corrêa Moucherek (CRP 22/01107)

Nelma Pereira da Silva (CRP 22/00202)

Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (CRP 22/00688)

Sumário

Apresentação 4
Perfil Sociodemográfico 5
Formação 8
Atuação profissional 12
Considerações Finais 18
Referências 20

LEVANTAMENTO DE PSICÓLOGAS ESCOLARES NO MARANHÃO

Apresentação

A Comissão de Psicologia Escolar e Educacional (CPEE) do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão – 22ª Região (CRP MA), na Gestão do IV Plenário (2022-2025), objetiva fortalecer esse campo de trabalho das psicólogas no Estado, evidenciando a especificidade da atuação e intervenção da psicóloga escolar e educacional e a importância dessa profissional inserida na conjuntura da equipe multiprofissional dos espaços de formação educacional, dando continuidade aos trabalhos empreendidos em gestões anteriores, assim como ampliando as discussões e acompanhando os desafios impostos no atual contexto histórico.

Entre outras atividades, a Comissão empreendeu um levantamento sobre a prática profissional da Psicóloga no âmbito da educação no Maranhão a fim de subsidiar na elaboração de estratégias e orientações junto à categoria. Essa tarefa partiu do princípio de que o CRP-MA, compondo o Sistema Conselhos de Psicologia, autarquia pública federal, tem por obrigação legal produzir orientações técnicas para a categoria profissional. Assim, o CRP MA tem a prerrogativa de perguntar à categoria como se dá a atuação, a fim de verificar quais as principais necessidades a serem abordadas na construção de orientações e estratégias para a atuação profissional.

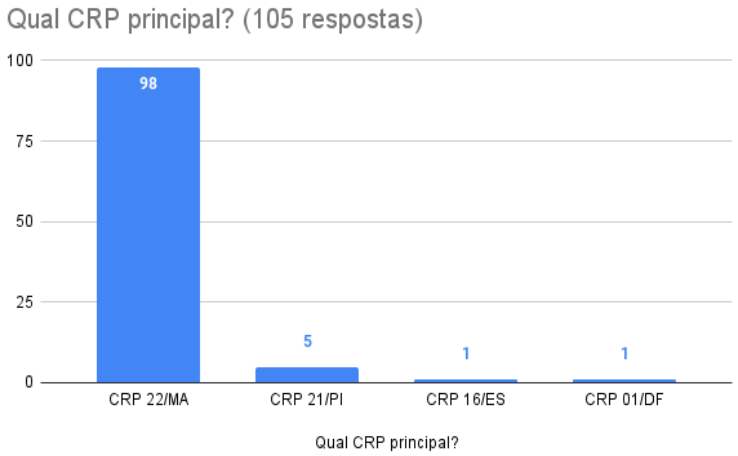
Este levantamento foi considerado importante, considerando a Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica e o movimento nacional e regional para sua implementação, assim como as mudanças ocorridas no cenário educacional brasileiro após o período pandêmico da COVID-19. Acrescenta-se aos elementos mencionados acima, o fato de que houve um aumento expressivo no Maranhão de instituições formadoras de psicólogas(os) desde 2016, o que ocasionou, por sua vez, um aumento expressivo de profissionais no Estado a partir de 2021. Nessa conjugação de fatores, se torna imperativo que se conheça e reconheça o perfil das profissionais que atuam na Educação no Maranhão e suas práticas.

Nesse cenário, a CPEE e o CREPOP do CRP-MA realizaram o levantamento com profissionais que atuam ou que tinham interesse em atuar na Educação por meio de formulário eletrônico divulgado em redes sociais e sítio eletrônico institucionais, e por mobilização entre pares no período de agosto de 2023 a abril de 2024. Foram respondidos 105 formulários on-line por profissionais de Psicologia de todo o Estado de

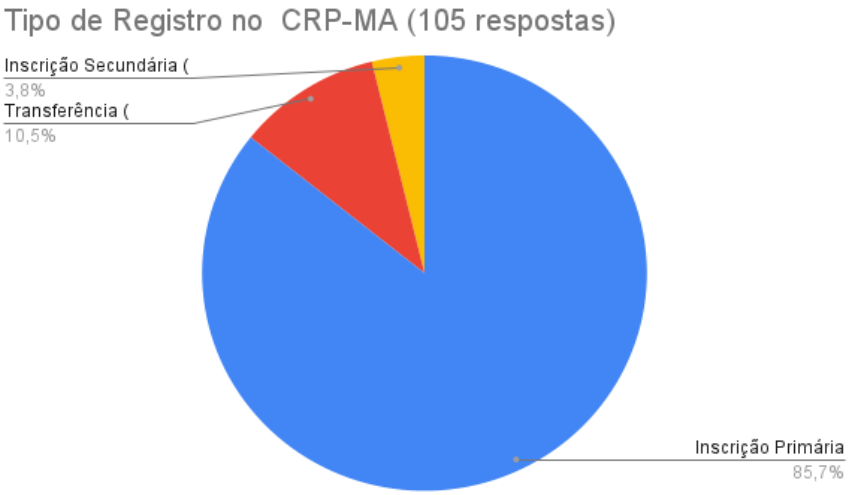
maneira voluntária. Os dados e análises são apresentados a seguir em três blocos: Perfil Sociodemográfico, Formação e Atuação Profissional.

Perfil Sociodemográfico

Neste item são apresentadas informações que identificam o perfil das respondentes, no que diz respeito a aspectos como local e tipo de inscrição do CRP, estado e município de residência, gênero, raça e se a profissional é pessoa com deficiência.

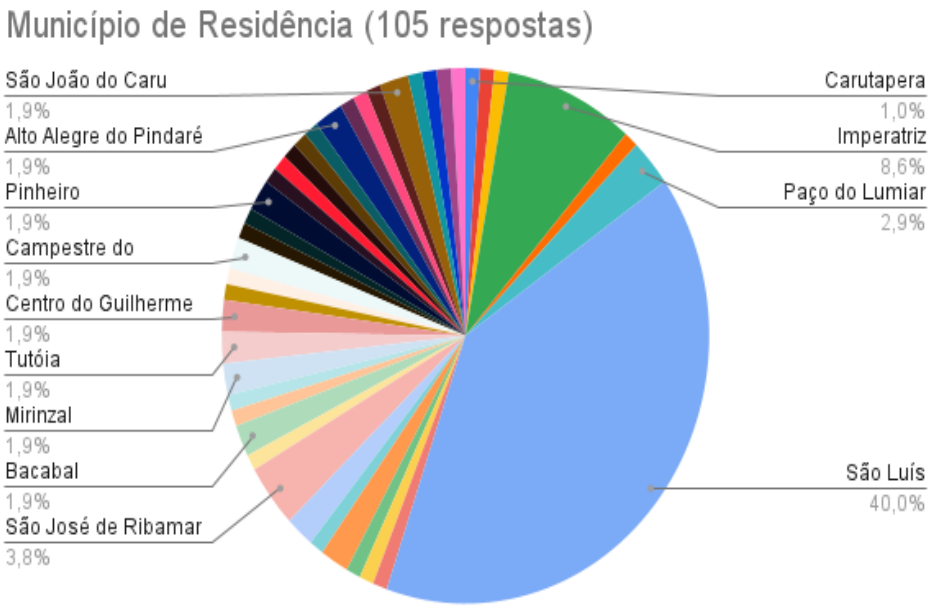


Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

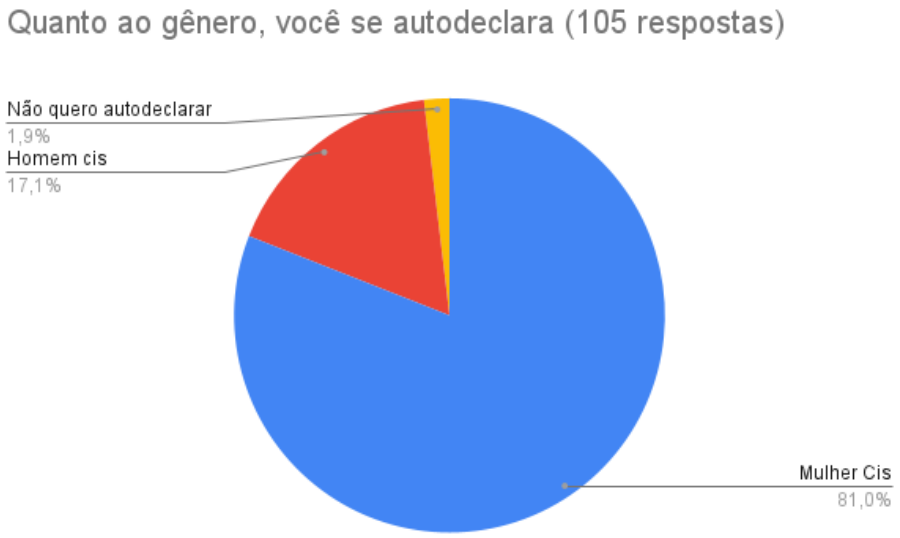
Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)



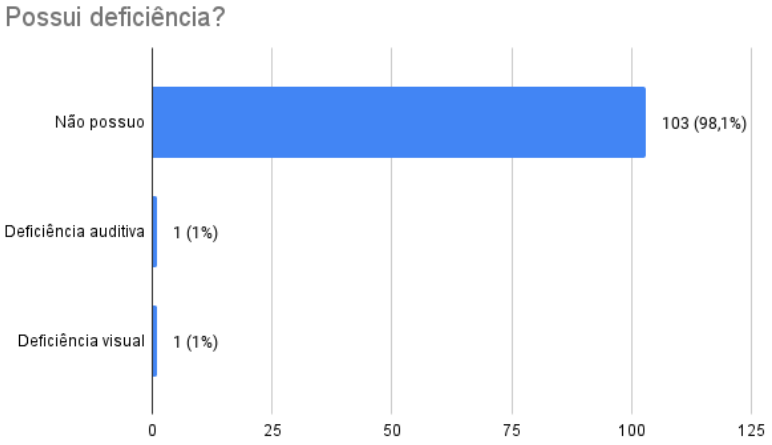
Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

Nos gráficos acima, identificamos que a maioria das respondentes são profissionais inscritas no CRP-MA, sendo que 10,5% delas foram transferidas de outros regionais para o estado do Maranhão e apenas 3,8% possuem inscrição secundária na jurisdição do Estado, podendo atuar tanto no Maranhão quanto no Estado de sua inscrição primária.

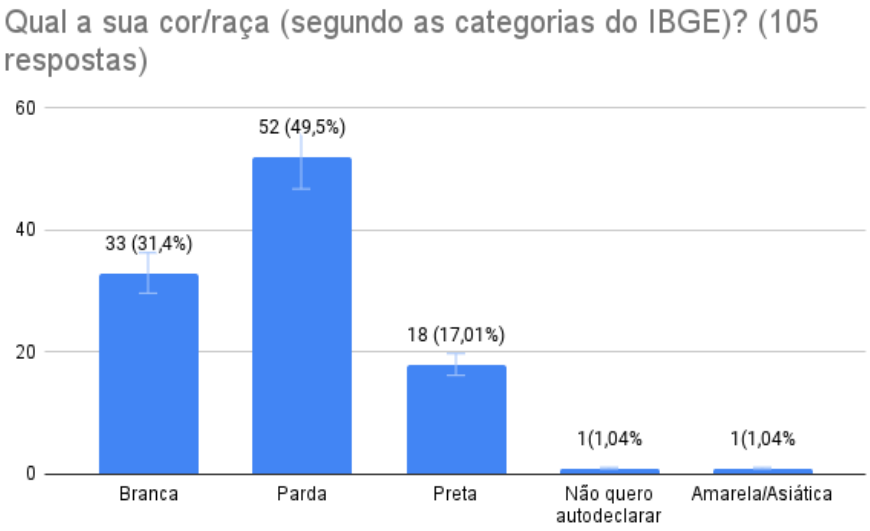
Uma profissional ainda reside no Espírito Santo. As demais residem no Maranhão, com grande concentração em São Luís, perfazendo 40% das pesquisadas, seguida da cidade de Imperatriz, onde 8,6% das respondentes residem. Cidades como São José de Ribamar e Paço do Lumiar apresentam porcentagens de 3,8% e 2,9% de locais de residência das profissionais, respectivamente. Essas duas cidades compõem a área metropolitana de São Luís. Já as demais cidades maranhenses identificadas no levantamento, apresentam percentuais baixos como locais de residência. São elas: São João do Caru, Alto Alegre do Pindaré, Pinheiro, Campestre do Maranhão, Centro do Guilherme, Tutóia, Mirinzal, Bacabal e Carutapera.



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

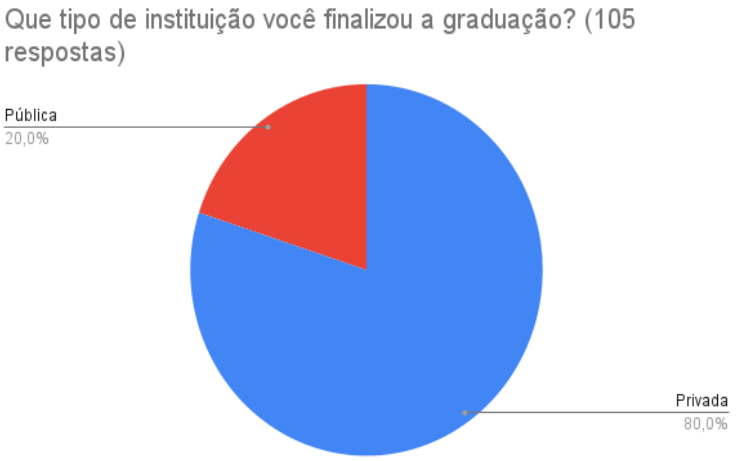


Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

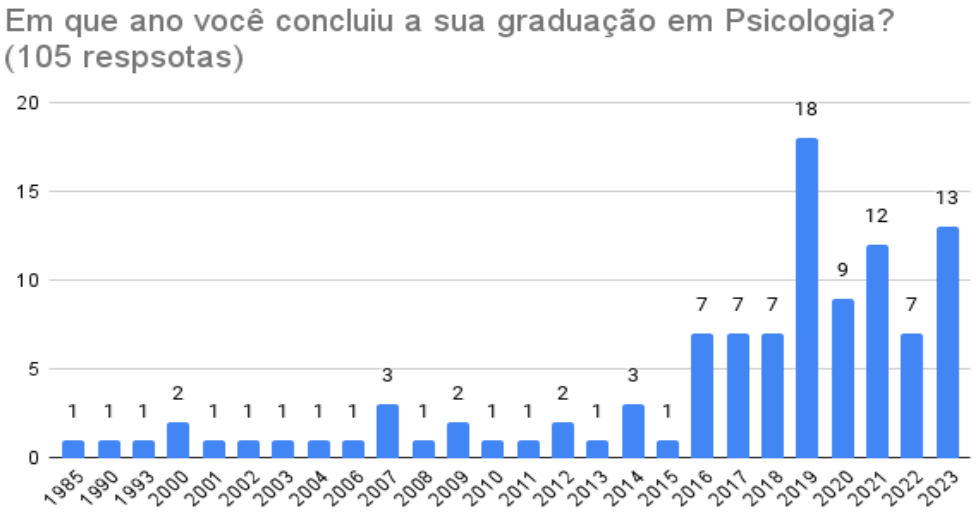
Com relação ao gênero, 81% das respondentes autodeclararam serem mulheres cis, seguido de 17,1% de homens cis. 1,9% das respondentes preferiram não declarar. A maioria das participantes declarou não possuir nenhum tipo de deficiência, em um percentual de 98,1% das respostas. Duas respondentes indicaram ter algum tipo de deficiência: deficiência auditiva e deficiência visual. Já no que diz respeito à cor/raça, segundo as categorias do IBGE, a maioria das respondentes se identificou como parda (49,5%). 31,4% se identificam como brancas e 17,01% como pretas. Ainda, uma respondente indicou não querer declarar e uma declarou ser amarela/asiática.

Formação

A Comissão de Psicologia Escolar e Educacional do CRP-MA também teve interesse em levantar dados sobre a formação das profissionais respondentes neste levantamento. Os dados são apresentados a seguir:



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)



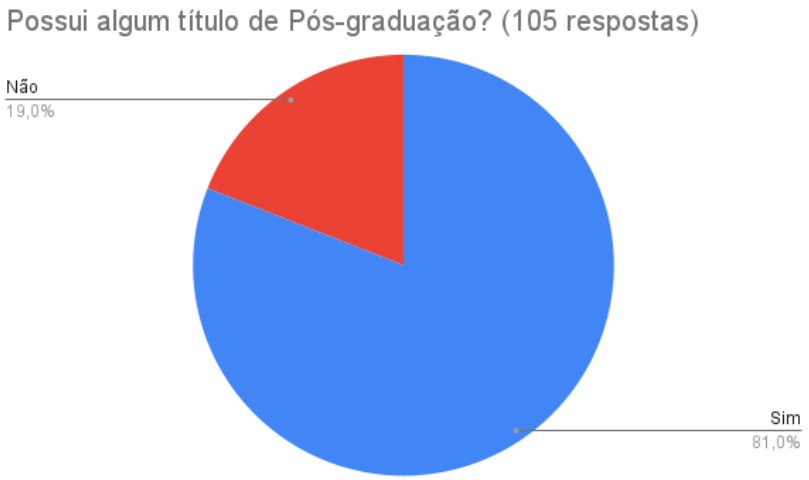
Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

Com relação ao perfil de formação inicial, a maior parte das respondentes finalizou a graduação em uma instituição privada (80%), com maior índice de conclusão entre os anos de 2019 e 2023. Esse dado pode estar relacionado com o aumento expressivo de oferta do curso de graduação em Psicologia em instituições de ensino privadas nos últimos anos.

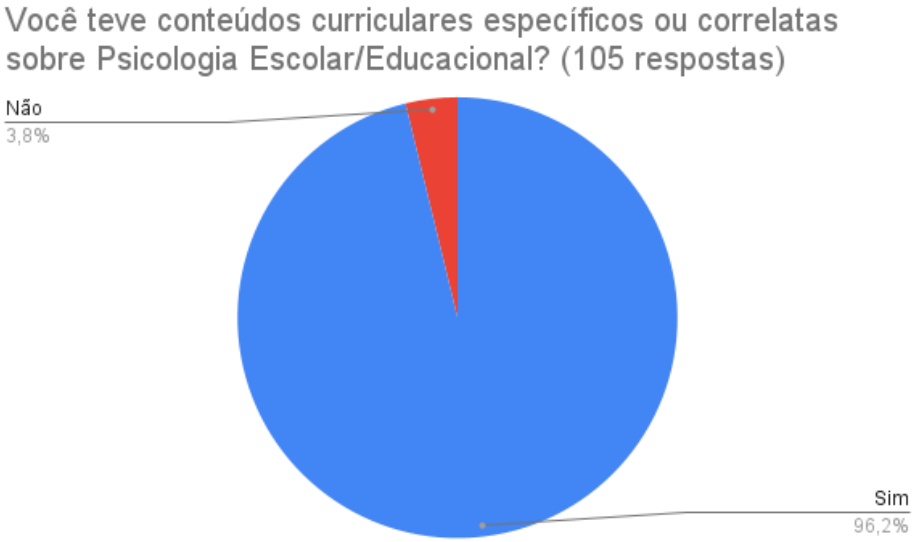
O dado também representa que as profissionais que atuam no estado do Maranhão concluíram sua formação recentemente. Isso implica que muitos estão em fase de adaptação, construção de identidade

profissional e a necessidade de dominar um leque de habilidades para atuar em um ambiente complexo e multifacetado.

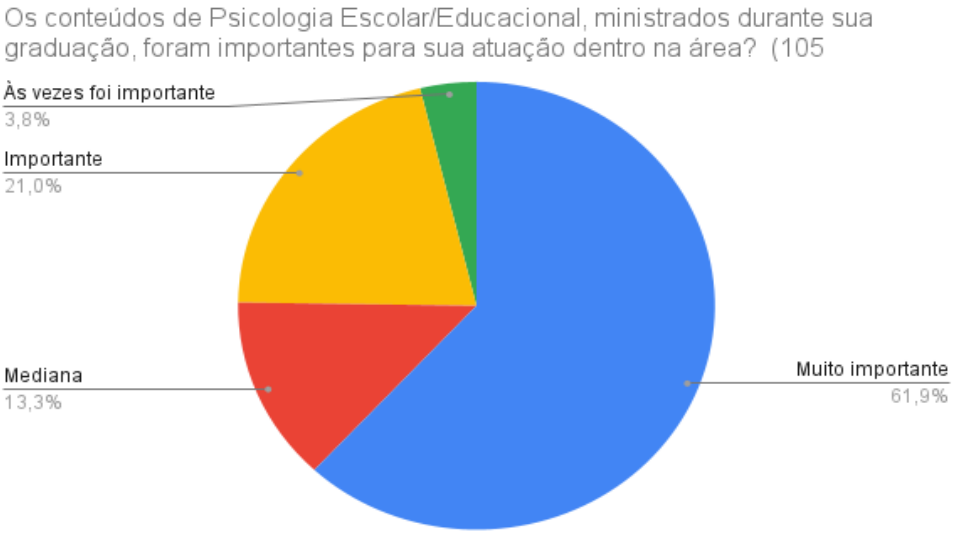
Em relação à formação após a graduação e também sobre conteúdos específicos da área escolar, apresenta-se os dados a seguir:



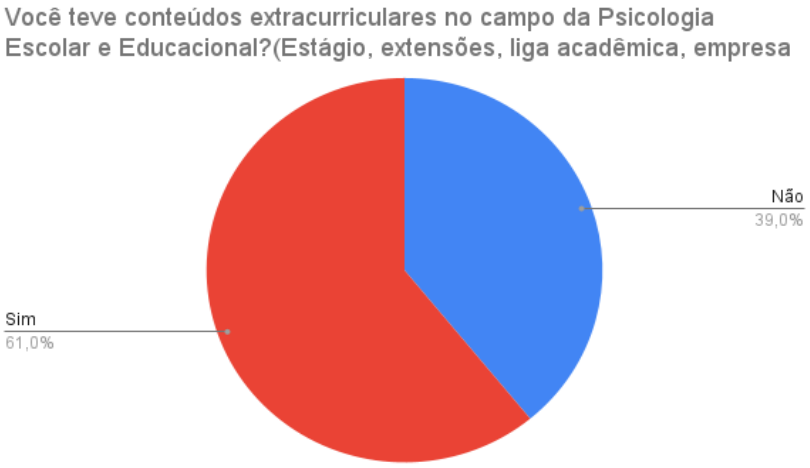
Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)



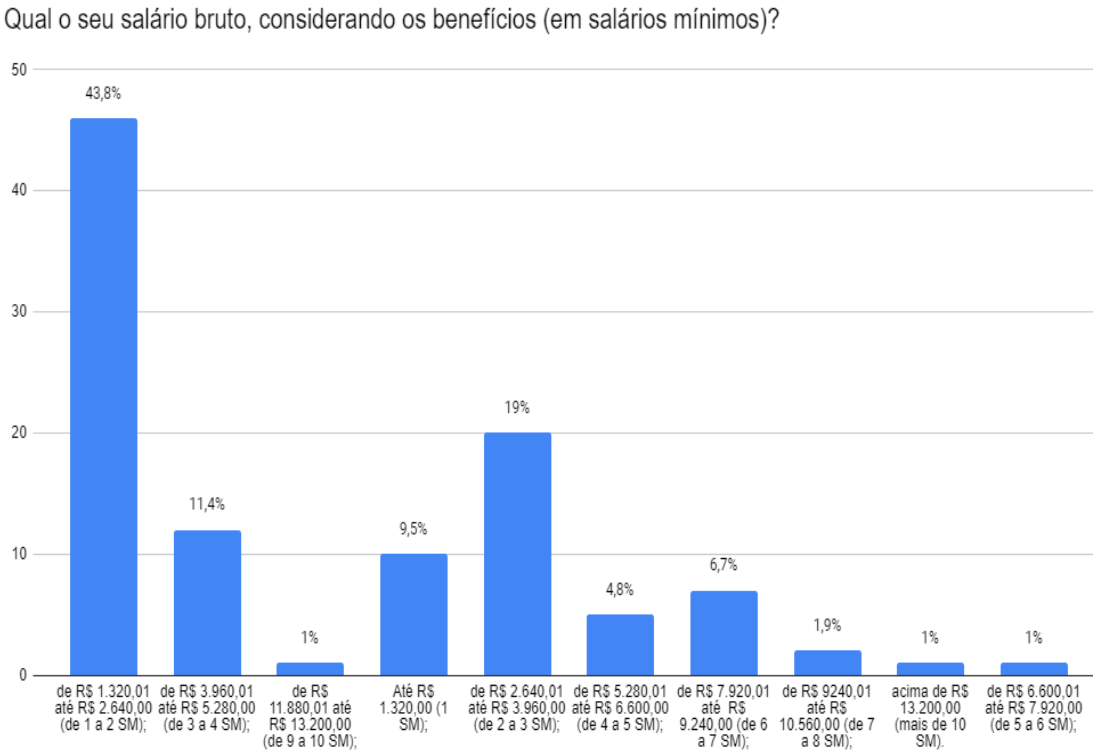
Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

Embora a maioria das respondentes esteja em início de carreira profissional, os dados apresentados acima indicam que elas estão embasadas teoricamente e buscando aprofundamento em cursos de pós-graduação para subsidiar sua prática, inclusive por meio de conteúdos extracurriculares específicos da Psicologia Escolar e Educacional.

Atuação profissional

Por meio do levantamento realizado, foi possível coletar informações sobre a atuação profissional das psicólogas que atuam ou desejam atuar na área escolar.

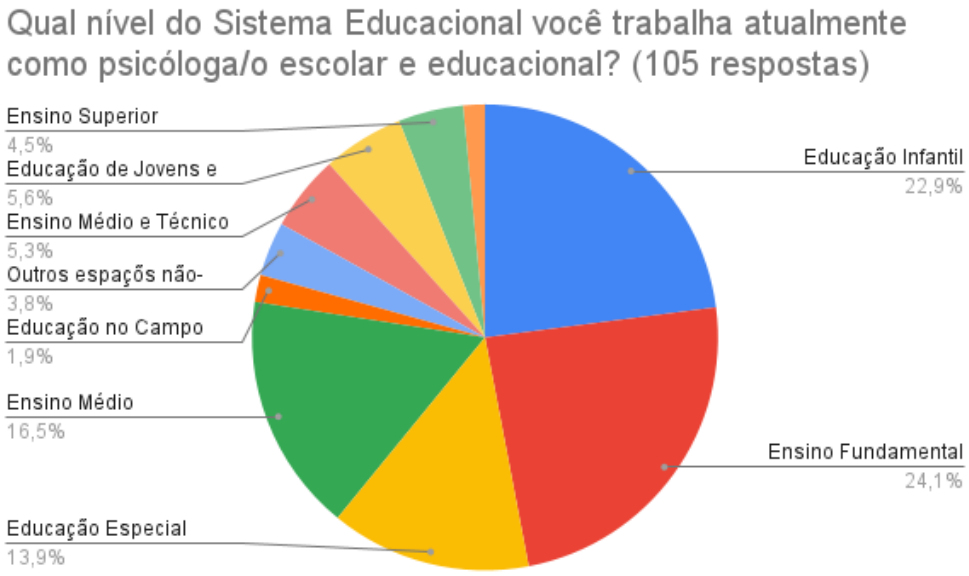
Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

Com relação a dados da atuação profissional, destacam-se os seguintes achados da pesquisa: a maior parte das respondentes atua há pouco tempo na área da Psicologia Escolar e a maioria recebe de 1 a 2 salários mínimos por sua atuação. Do primeiro dado, depreende-se 43,8% que atuam de 1 a 4 anos e 30,5% menos de um ano. Já com relação ao salário, 43,8% indicaram receber de R$1.320,01 a R$2.640,00 (baseado no valor do salário-mínimo referente ao período de coleta dos dados).

Em relação ao sistema educacional na qual as profissionais atuam no momento da coleta de dados, percebeu-se que as profissionais atuam nos diferentes níveis de ensino com predominância para Educação e Ensino Fundamental, como se identifica no gráfico a seguir:



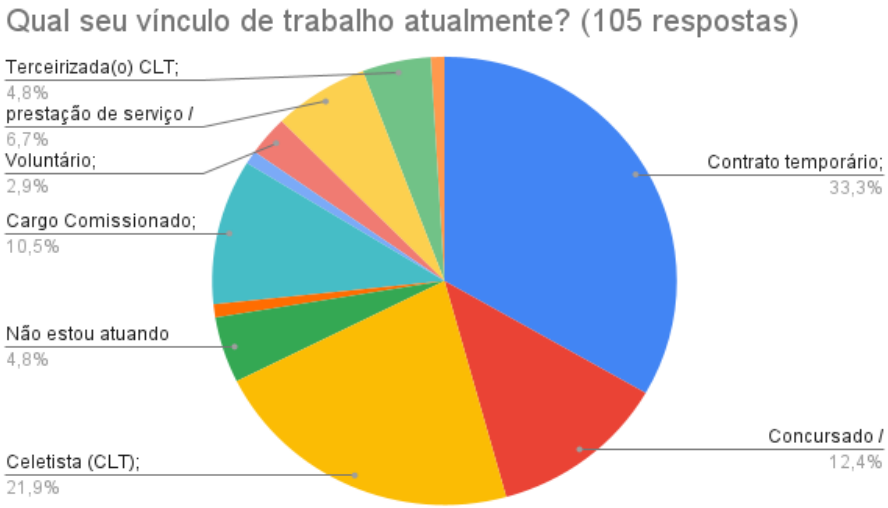
Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

Já em relação à carga horária, os dados indicam uma leve predominância (25,7%) para 30 horas semanais. Em seguida, surge o quantitativo de respostas referente a 31 a 40 horas por semana (24,8%) e 10 a 20 horas semanais, com 21,9%.

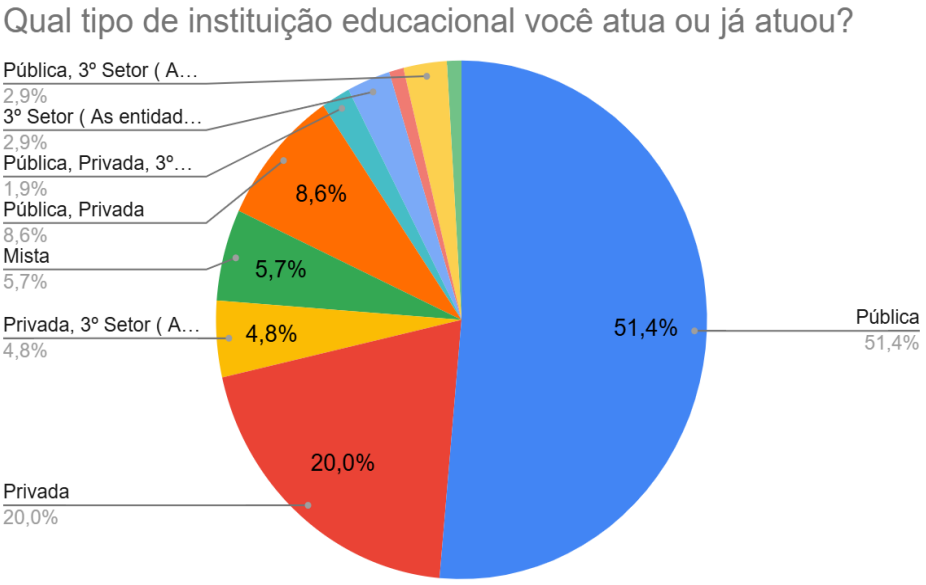
Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

Importante ressaltar que há uma luta constante pela jornada de trabalho dos psicólogos em até 30 horas semanais, sendo é uma pauta defendida do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que tem trabalhado, em conjunto com outras entidades da área, pela aprovação da medida no Congresso Nacional.

Além da carga horária, buscou-se informações sobre o tipo de vínculo das profissionais e o tipo de instituição educacional em que atuavam:



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

Nos dados apresentados acima, nos chama atenção a grande porcentagem de contratos temporários. Essa realidade precariza o trabalho das psicólogas escolares que pressupõe uma atuação baseada no vínculo e na continuidade do trabalho para colaborar com a transformação da realidade escolar. Soma-se a essa questão, o gráfico que demonstra o tipo de instituição que as respondentes atuam ou atuaram, na qual a grande maioria (51%) informam que atuam em instituição pública.

Defende-se concursos públicos para a contratação dessas profissionais pois traz estabilidade e diversos benefícios para a comunidade escolar e para as próprias profissionais.

Quando se trata dos vínculos de trabalho, a maioria respondeu que é contratada como psicóloga escolar e atua na área (74,3%). Mesmo que não seja a maioria, nos chama atenção a porcentagem de profissionais que informaram que não são contratadas especificamente como psicólogas escolares, mas atuam na área. Esse dado pode indicar que as profissionais sejam contratadas como generalistas, fragilizando a especificidade do fazer profissional, assim como gerando um sentimento de vulnerabilidade às profissionais e comprometimento da continuidade dos projetos empreendidos.

Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

O levantamento aqui apresentado também buscou informações sobre as atividades executadas pelas psicólogas e sua frequência. Os dados colhidos foram tratados e foi possível chegar à síntese a seguir:

a) *As atividades com maiores percentuais de frequência de realização (considerando respostas "sempre" e "quase sempre") foram:*

- Observação do cotidiano escolar → 79,2%
- Encaminhamentos → 73,3%
- Palestras/oficinas → 71,6%
- Atendimento em situação de crise → 68,6%
- Elaboração de documentos → 67,3%
- Discussão de casos com outros profissionais → 65%
- Participação em atividades da comunidade escolar → 65,6%
- Acompanhamento para inclusão → 69,3%
- Escuta individualizada de estudantes → 62,2%
- Escuta individualizada de professores e gestão → 62,2%
- Reuniões com famílias → 58,4%

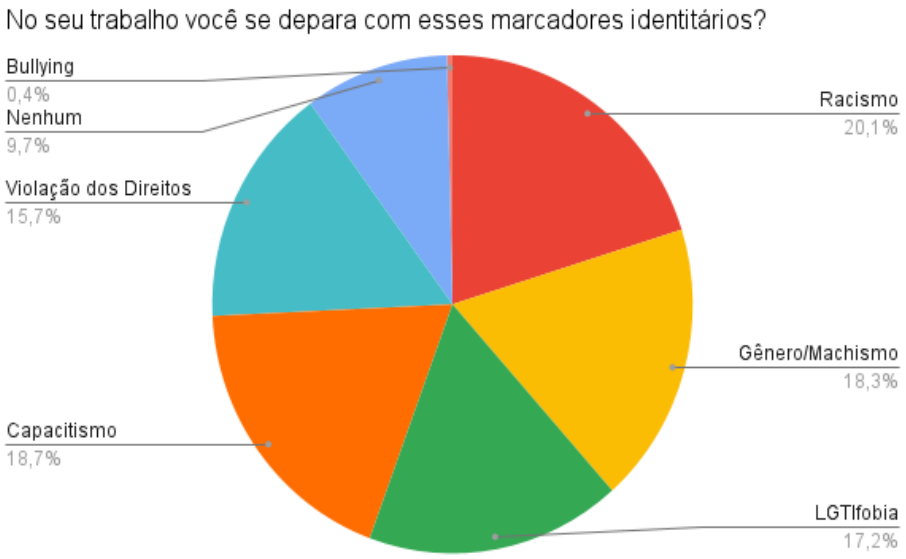
b) *Algumas atividades alcançaram indicadores mistos, sem uma predominância clara entre alta ou baixa frequência de execução, ou ainda com ligeira predominância de respostas que indicam maior frequência de execução. São elas:*

- Notificação compulsória
- Orientações em ações disciplinares
- Orientação profissional
- Assessoria à gestão escolar
- Formação de professores

c) As atividades menos realizadas, com maiores percentuais de respostas "nunca" e "raramente", foram:

- Supervisão de estágio / preceptoria → 64%
- Avaliação Psicológica → 52,5%
- Visita domiciliar → 50%
- Participação em espaços de controle social → 54,4%

Buscou-se ainda identificar se as profissionais se deparavam com marcadores identitários em sua prática e os dados a seguir apontam: racismo, capacitismo, questões de gênero/machismo, LGBTfobia, violação dos direitos e bullying.



Fonte Pesquisa CRP-MA (2024)

Considerando que a escola é reconhecidamente um espaço que pode reproduzir lógicas de exclusão da sociedade (Cunha; Dazzani, 2016;

Mitijáns-Martínez, 2020), chama atenção que 9,7% das respondentes indicaram que não encontram esses marcadores em sua prática cotidiana.

Considerações Finais

O levantamento realizado sobre a presença e atuação de psicólogas escolares no Maranhão revela um panorama importante para compreender tanto o perfil dessas profissionais quanto os desafios que enfrentam no exercício da prática. Identifica-se um grupo majoritariamente formado por mulheres cis, jovens e recém-formadas, em sua maioria oriundas de instituições privadas de ensino. Tal perfil reflete um campo profissional em expansão, mas também em processo de consolidação, exigindo acompanhamento, formação continuada e políticas que fortaleçam a identidade e a prática da Psicologia Escolar.

A distribuição geográfica das profissionais mostra forte concentração em São Luís e região metropolitana, com presença reduzida em cidades do interior. Essa desigualdade territorial limita o acesso da população à atuação da Psicologia Escolar, reforçando a necessidade de políticas públicas que assegurem a presença desses profissionais em todas as regiões do estado.

Do ponto de vista das condições de trabalho, os dados chamam atenção para a predominância de vínculos temporários e de remuneração baixa, geralmente entre 1 e 2 salários mínimos. Esse cenário de precarização compromete a continuidade e a profundidade do trabalho, que pressupõe vínculos duradouros para que a psicóloga possa colaborar efetivamente com a transformação das práticas escolares. A defesa da realização de concursos públicos torna-se, portanto, uma medida estratégica para garantir estabilidade, valorização e efetividade da atuação.

Quanto às práticas realizadas, observa-se a centralidade em ações como observação do cotidiano, encaminhamentos, oficinas e atendimentos em situação de crise. Essas atividades demonstram tanto a importância da escuta e do acompanhamento individual quanto o esforço de inserção em ações coletivas e formativas. Contudo, nota-se menor frequência em atividades estruturantes, como avaliação psicológica, visitas domiciliares, supervisão de estágio e participação em espaços de controle social — aspectos que poderiam ampliar o impacto e a articulação institucional da Psicologia Escolar.

Por fim, ao abordar os marcadores identitários no contexto escolar, a pesquisa evidencia que a maioria das profissionais reconhece a presença

de práticas discriminatórias e violadoras de direitos, como racismo, capacitismo, machismo, LGBTfobia e bullying. Ainda assim, chama atenção o percentual de respondentes que afirmou não identificar tais situações no cotidiano, o que pode indicar tanto uma negação ou invisibilização das desigualdades quanto a necessidade de formação mais aprofundada para identificação e enfrentamento dessas questões.

Diante desse conjunto de achados, conclui-se que o fortalecimento da Psicologia Escolar no Maranhão requer ações articuladas em três frentes:

I. Políticas públicas que garantam inserção e estabilidade profissional;
II. Investimento em formação continuada e espaços de troca entre profissionais, e
III. Consolidação de práticas que não apenas respondam às demandas emergenciais, mas que também contribuam para a construção de uma escola democrática, inclusiva e promotora de direitos.

Referências

CUNHA, E. O.; DAZZANI, M. V. M. Da repulsa da escola à diferença: historicizando raízes, perspectivando saídas. In: DAZZANI, M. V. M.; SOUZA, V. L. T. (org.). **Psicologia escolar crítica**: teoria e prática nos contextos educacionais. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

MITJÁNS-MARTÍNEZ, A. Inclusão Escolar: desafios para o psicólogo. In: MITJÁNS-MARTÍNEZ, A. (org.). **Psicologia escolar e compromisso social**: novos discursos, novas práticas. 4. ed. Campinas: Editora Alínea, 2020.